

CURRICULUM VITAE

ANA CAROLINA TANNURI LAFERTÉ MARINHO

Advogada da União

Experiência profissional

Subchefe Adjunta de Infraestrutura da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil – DAS 5

Janeiro de 2018 até esta data

Temática: logística (portos, rodovia, ferrovia, aviação), energia, telecomunicações, óleo e gás, saneamento, mineração, concessões, parcerias público-privadas

No exercício do cargo, atua em todos os atos do Presidente da República que se inserem na temática (medidas provisórias, projetos de lei, decretos, sanção e veto, aprovação de outros atos)

Atuação junto ao Programa de Parcerias de Investimentos e ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI.

Acompanha as deliberações do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

Coordenadora do Subcomitê de Elaboração e Atualização Legislativa para revisão da Lei nº 12.334, de 2010 (Plano Nacional de Segurança de Barragens) – conforme Resolução n. 02, de 2019, do Conselho Interministerial de Supervisão de Respostas a Desastres (Decreto nº 9.691, de 2019)

Conselheira do Conselho de Administração da Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Posse em 16.12.2019

Assessora na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil – DAS 4

Maio de 2016 a janeiro de 2018.

Subchefe Adjunta de Infraestrutura Substituta. Assessoria junto ao Núcleo de Infraestrutura

Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (CONJUR/MDA)

Março de 2014 a maio de 2016.

Parecerista na Coordenação-Geral de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Secretaria-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União - SGCT

Departamento de Controle Concentrado de Constitucionalidade - DCC

Novembro/2006 a março de 2014

Atuação no Departamento de Controle Concentrado de Constitucionalidade - DCC.

Substituta do Diretor (DAS 5) – 03.10.2007 a 21.10.2008

Outubro/2006: posse no cargo de **Advogada da União**. Lotação e exercício na Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Abril/2005: posse no cargo de técnico judiciário do **Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal**. Lotada na Assessoria Jurídica da Presidência, até outubro de 2006.

Janeiro/2001 a abril/2005: exercício da **advocacia privada**, com atuação nas áreas de tributário, cível, comercial, administrativo.

Formação acadêmica

*Curso de pós-graduação lato sensu com ênfase em **direito constitucional** no **Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP** (início e conclusão: 2010)*

*Curso de pós graduação lato sensu na **Escola da Magistratura do Distrito Federal – AMAGIS** (início e conclusão: 2004).*

*Curso de pós graduação lato sensu com ênfase em **direito tributário** no **Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET** (início 2001 e término ao final de 2002).*

- Monitória do referido curso no período de fevereiro de 2003 a julho de 2004.

*Bacharelado pela Faculdade de Direito da **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP**, concluído em dezembro de 2000.*

Publicações

Livro: Lei federal nº 12.734, de 30 de novembro de 2012: Questionamentos acerca da constitucionalidade da nova distribuição de royalties entre os entes da Federação. São Paulo/SP – Junho/2017 – Ed Ixtlna – ISBN: 978-85-8197-579-5

Artigo: Justiça de transição – lei de anistia: arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153. Co-autoria com a advogada da união Leticia de Campos Aspesi (Coordenadora do Departamento de Controle de Constitucionalidade da SGCT). Publicação: Publicações da Escola da AGU. 25 anos da Constituição e a defesa da União no STF – casos emblemáticos. Março de 2013. ISSN 2236-4374

Artigo: Aspectos polêmicos do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBEB): a exclusividade da Casa da Moeda do Brasil, a natureza jurídica da obrigação imposta e o

respectivo crédito presumido de PIS/PASEP e COFINS. Publicação: Revista Fórum de Direito Tributário, ano 9, nº 49, janeiro/fevereiro 2011, ISSN 1678-8656

Artigo: Contratação temporária: aspectos da recontração de servidor antes de decorridos vinte e quatro meses de encerramento de seu contrato anterior com a Administração Pública Federal. Publicação: Revista da Escola da Advocacia-Geral da União (impresa) nº 22, dezembro de 2009 (ISSN 1981-2035), e Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 9, nº 98, fevereiro de 2010

Artigo: Os tratados internacionais de direitos humanos após a Emenda nº 45/2004: sua denúncia (parcial ou total) e os requisitos e procedimentos de tramitação legislativa para fins de aprovação nos termos do § 3º do artigo 5º da Constituição. Publicação: Revista da Escola da Advocacia-Geral da União (virtual), ano X, nº 102, julho de 2010, Co-autoria com Tatiana Zuconi Viana

Congressos e Palestras

1º Encontro Nacional de Fiscalização da Geração (ENAFIG) – ANEEL (10 a 14.04.2019) – palestrante no painel “A visão da Casa Civil sobre Segurança de Barragens”

Aprovações em concursos públicos

Advogado da União (edital de abertura 28/12/2005, classificação: 153º)

Procurador da Fazenda Nacional (edital de abertura 01/12/2005, classificação: 432º)

Procurador federal (edital de abertura 17/11/2005, classificação: 220º)

Advogado júnior da Petrobrás Distribuidora S/A (edital de abertura Cesgranrio 01/2005, classificação: 17º)

Analista processual do Ministério Público da União (edital de abertura 24/03/2004, classificação: 7.175º)

Analista de apoio às atividades jurídicas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (edital de abertura 17/09/2004, classificação: 62º)

Técnico judiciário do Superior Tribunal de Justiça (edital de abertura 26/02/2004, classificação: 211º)

Idiomas estrangeiros

Inglês intermediário e espanhol básico

Brasília, 05 de agosto de 2019